

Renúncia não vai suspender processo

A renúncia de Jader Barbalho à presidência do Senado não significa o fim do processo de cassação sob acusação de quebra do decoro parlamentar, apesar dos esforços nesse sentido de seus companheiros de partido.

Ontem, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) afirmou que a renúncia não será suficiente para livrar Jader do processo de cassação do mandato. Segundo Ornélas, aliado político do ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), as denúncias contra Barbalho continuam a aparecer todos os dias na imprensa, e o relató-

rio do corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), é muito contundente. ACM é o principal inimigo político de Barbalho e suas denúncias de enriquecimento ilícito deram início ao processo contra o ex-presidente do Senado.

Ornélas rejeitou a tese de Barbalho segundo a qual se ele (Barbalho) admitisse culpa, estaria mantendo o decoro parlamentar e se livrando do processo de cassação. Ornélas discorda da avaliação de Barbalho e afirma: "Se ele reconhecesse a culpa, estaria ferindo o decoro, e ao negar, também."

Segundo o senador baia-

no, Barbalho renunciou à presidência do Senado pela "absoluta falta de condições de presidi-lo, o que o senador Antonio Carlos Magalhães já havia advertido dez meses antes da eleição" dele para a o comando da Casa.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) anunciou ontem que vai apresentar um voto em separado, pedindo o arquivamento das denúncias contra Jader, por falta de provas, na reunião do Conselho de Ética, marcada para amanhã.

Na ocasião será votado o relatório final elaborado pela comissão especial do Conselho de Ética que pede a aber-

tura de processo por quebra de decoro parlamentar contra Jader

Nabor Júnior já havia tentado apresentar o voto em separado na quarta-feira passada, durante a sessão em que o relatório foi apresentado, mas foi impedido.

Pelo entendimento do presidente interino do Conselho, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), o voto em separado só pode ser apresentado no momento em que o relatório é votado.

Um pedido de vistas solicitado pelo próprio senador Nabor Júnior, acabou adiando a votação do relatório para esta semana.